

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**UTILIZAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS EM EMPRESAS DA CIDADE DE  
CAMPINA GRANDE-PB: Um estudo exploratório**

**THAÍS ARAUJO GOIS**

**Campina Grande – PB**

**2014**

**THAÍS ARAUJO GOIS**

**UTILIZAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS EM EMPRESAS DA CIDADE DE  
CAMPINA GRANDE-PB: Um estudo exploratório**

Trabalho de Conclusão do Curso – TCC apresentado ao Departamento do curso de Ciências Contábeis, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito final à obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Prof. Orientador MSc André Luiz de Souza

**Campina Grande – PB**

**2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

G616u Gois, Thais Araujo  
Utilização de controles internos em empresas da cidade de  
Campina Grande - PB [manuscrito] : um estudo exploratório /  
Thais Araújo Gois. - 2014.  
22 p. : il. color.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências  
Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências  
Sociais Aplicadas, 2014.  
"Orientação: Pros. Me. André Luiz de Souza, Departamento  
de Ciências Contábeis".

1. Controle interno. 2. Auditoria interna. 3. Controladoria. I.  
Título.

21. ed. CDD 657.45

THAÍS ARAUJO GOIS

**UTILIZAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS EM EMPRESAS DA CIDADE DE  
CAMPINA GRANDE-PB: Um estudo exploratório**

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) foi julgado adequado para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis, sendo aprovado em sua forma final.

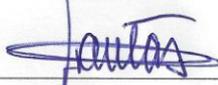


Professor MSc. José Elinilton Cruz de Menezes  
Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso

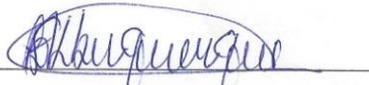
Professores que compuseram a banca:



Professor MSc. André Luiz de Souza  
Orientador



Professor MSc. Ricardo Ferreira Dantas  
Membro



Professora MSc. Lucia Silva Albuquerque de Melo  
Membro

Campina Grande – PB

2014

## RESUMO

GOIS, Thais Araujo. **Utilização de controles internos em empresas da cidade de Campina Grande-PB: um estudo exploratório**. 2014. 22 p.. Trabalho de conclusão de curso – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

Os modelos econômicos, em constantes transformações e desenvolvimento, exigem que as organizações adotem eficiente política de Controles Internos (CI), a fim de tornar possível a continuidade e o desenvolvimento das mesmas. O presente estudo tem como objetivo investigar quais são os procedimentos de Controles Internos (CI) executados por empresas da cidade de Campina Grande-PB. Caracteriza-se como pesquisa descritiva, exploratória, de levantamento e quantitativa. Utilizou-se a amostragem não probabilística por conveniência na coleta de dados, aplicando-se questionários aos gestores de 30 empresas de diferentes ramos de atuação. As análises foram realizadas no SPSS 22.0, sendo utilizadas medidas de tendência central e de dispersão para as variáveis contínuas; e de proporção para as categóricas; além do qui quadrado de Fisher para avaliar o risco relativo, com nível de significância de 5%. Os resultados alcançados evidenciaram que parte das empresas (50,3%) não possui manual de CI, mas a maioria executa os procedimentos investigados. As empresas que adotam o sistema orçamentário, mas não efetuam a conciliação entre o real e o orçado, têm duas vezes mais chances ( $RR=2,00$ ;  $IC_{95\%}$  1,18-3,38) de obter algum tipo de falha durante o processo operacional. É consenso entre os respondentes a relevância dos CI como instrumento de gestão.

**Palavras-chave:** Controle interno. Auditoria interna. Controladoria.

## 1 INTRODUÇÃO

Sendo notável a evolução das organizações, seja no tocante ao tamanho ou à complexidade de atuação, são cada vez mais necessárias as atividades de fiscalização e de suporte à gestão empresarial.

A fim de salvaguardar os interesses da empresa, de se ter uma maior confiabilidade nos relatórios contábeis, financeiros e operacionais dentro dos procedimentos definidos pelas mesmas, é necessária a utilização, ou a melhoria, de um Controle Interno (CI) por parte dessas organizações (REZENDE; FAVERO, 2004).

Atualmente, para que possam sobreviver e prosperar em um ambiente de constante transformação e crescimento é impreterível que seja feita uma eficiente política de CI dentro das organizações, já que o mesmo é considerado como uma relevante ferramenta no processo operacional e de gestão. Ressalta-se aqui que os gestores é que são responsáveis pelo estabelecimento e manutenção de um CI apropriado (KRISHNAN, 2005).

Os procedimentos de CI, quando bem estruturados, permitem a redução de erros, prevenção contra fraudes, maior eficácia nas atividades desenvolvidas, possível identificação

e efetiva gestão dos riscos. Dessa forma, se disporá de uma importante ferramenta para o implemento do programa de trabalho (BOTELHO, 2008).

De acordo com Sá (1998), o CI compreende os conjuntos coordenados de métodos e medidas e o plano de organização, que são adotados pelas empresas com a intenção de protegerem seu patrimônio, promover eficiência operacional, verificar a exatidão e a fidedignidade dos seus dados contábeis e encorajar uma adesão às políticas traçadas pela administração.

Diante do que foi exposto, este estudo levanta a seguinte questão: **Quais são os procedimentos de controles internos executados por empresas da cidade de Campina Grande-PB?** Tem como objetivo geral investigar quais são os procedimentos de Controles Internos executados por empresas da cidade de Campina Grande-PB.

A fim de alcançar tal objetivo, foram construídos os seguintes objetivos específicos: (i) efetuar uma revisão de literatura sobre o conceito de Controles Internos; (ii) avaliar a eficácia da aplicação de Controles Internos na gestão das empresas; e (iii) analisar possíveis resultados da aplicação de Controles Internos pela gestão das empresas da cidade de Campina Grande-PB.

Além da Introdução (seção 1), o estudo está estruturado em quatro outras seções: 2) referencial teórico, no qual se discute a teoria, os conceitos e as definições que fundamentam a pesquisa; 3) metodologia, que trata dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa com relação aos objetivos, procedimentos e abordagem do problema; 4) descrição dos dados e análise dos resultados, que evidencia a coleta dos dados e discussão sobre os resultados; 5) Conclusão, que avalia os resultados alcançados pela pesquisa e suas limitações, bem como sugestões para futuras pesquisas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Esta seção destina-se a apresentar a revisão bibliográfica, base fundamental para o desenvolvimento do estudo aplicado, envolvendo como tema da pesquisa a utilização dos procedimentos de CI em empresas da cidade de Campina Grande-PB.

### **2.1 Controle Interno (CI)**

O controle abrange a influência no comportamento humano no intuito de assegurar que as pessoas se comportem de maneira a atingirem os objetivos da entidade (FISHER,

1998). Não se deve restringir o CI a apenas um sistema de rotinas e burocracia. O diferencial do administrador consiste exatamente na capacidade de implantar sistemas de controle que possam apresentar uma relação custo-benefício favorável e suportável pela empresa.

Boynton, Johnson e Kell (2002) relatam que o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA – Instituto Americano de Certificado Público de Contadores), já em 1947, descreve sobre a necessidade do *Internal Control* (Controle Interno - CI) dentro das organizações. Considerando aspectos pontuados nesta publicação, os autores destacaram alguns fatores de importância que devem ser considerados em relação ao controle interno, como a complexidade e o porte das instituições com fins lucrativos; a realização de contínua revisão do sistema de CI, para minimizar falhas humanas e consequente ocorrência de erros e irregularidades; e sua utilização como ferramenta para atuação de auditores independentes.

Dessa forma, para que o controle possa ser bem sucedido dentro de uma organização, é necessário que se tenha um bom sistema de informação, a fim de identificar o que realmente deve ser realizado e qual a melhor decisão a ser tomada pela entidade. O cumprimento de normas e procedimentos pode tornar a administração mais organizada.

De acordo com Boynton, Johnson e Kell (2002, p.320), o CI pode ser definido como:

[...] um processo operado pelo conselho de administração, pela administração e outras pessoas, desenhado para fornecer segurança razoável quanto à consecução de objetivos nas seguintes categorias: confiabilidade de informações financeiras; obediência às leis e regulamentos aplicáveis; eficácia e eficiência de operações.

Já Almeida (2010, p. 42) trata o CI como “uma organização dotada de procedimentos, métodos ou rotinas que visam proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e auxiliar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”.

Diante desses conceitos, pode-se confirmar que o CI envolve todas as atividades e rotinas, tanto contábeis como administrativas, visando organizar a empresa de tal forma que seus colaboradores compreendam, respeitem e façam cumprir as políticas traçadas dentro da empresa, os ativos tenham sua integridade protegida e as operações da empresa sejam adequadamente registradas nos registros contábeis, além de fidedignamente retratadas pelas demonstrações financeiras.

### 2.1.1 Tipos de Controle Interno (CI)

Attie (2011) classifica os mecanismos de controle interno em dois tipos: contábeis e administrativos. Os *contábeis* seriam aqueles que envolvem o plano, métodos e

procedimentos de organização relacionados, sobretudo, à segurança do patrimônio e confiabilidade dos dados contábeis. Para tanto, costumam envolver os sistemas de autorização e aprovação; distinção das competências de escrituração e desenvolvimento de relatórios contábeis daquelas relativas à custódia de valores; além do controle físico sobre esses valores.

Já os administrativos referem-se ao plano organizacional com todos os métodos e procedimentos relativos à eficiência operacional e às decisões administrativas. Indiretamente, costumam se relacionar com os registros financeiros, ao abranger análises estratégicas, relatórios de desempenho, planos de treinamento e controle de qualidade.

### 2.1.2 Princípios de Controle Interno

Os princípios de CI são representados pelas regras, diretrizes e sistemas cuja principal finalidade é atender a objetivos determinados. Os principais referem-se à (i) relação custo-benefício (redução de falhas/desvios em função das metas traçadas, a fim de que o custo não exceda o benefício); (ii) à qualificação, treinamento e rodízio de funcionários (assegurar a competência e integridade dos recursos humanos); (iii) descentralização de responsabilidades, segregação de funções e formalização de instruções (baseadas em organogramas/manuais de rotinas/procedimentos adequados, com vistas na rapidez e objetividade das decisões, de forma eficaz); (iv) controles sobre as transações (acompanhamento dos fatos contábeis, financeiros e operacionais, para que sejam realizados legitimamente); e (v) adesão às diretrizes e normas legais (presença de sistemas para assegurar a observância das diretrizes, planos, normas, leis, regulamentos e procedimentos administrativos internos) (PETER; MACHADO, 2014).

São de responsabilidade da administração o estabelecimento e a manutenção de um sistema de CI adequado para as atividades desenvolvidas pela empresa. Os princípios e fundamentos do CI, que não são uniformes para todas as empresas, deverão ser estabelecidos por cada uma delas, estando de acordo com sua realidade e estrutura (QUADRO I).

De acordo com Sá (1998, p. 112), são considerados princípios fundamentais de CI:

- a) Existência de um plano de organização com uma adequada distribuição de responsabilidades; b) regime de autorização e de registros capazes de assegurar um controle contábil sobre os investimentos, financiamentos e sistemas de resultados da empresa (custos e receitas), ou de metas das instituições (orçamentos); c) zelo do elemento humano no desempenho das funções a ele atribuídas; e d) qualidade e responsabilidade do pessoal, em nível adequado.

Quadro I – Tipos de CI de acordo com a necessidade de aplicação.

<b>CONTROLE INTERNO A SER ADOTADO</b>	<b>MOTIVO</b>
a. Devem ser fixadas as responsabilidades.	Se não existir delimitação extra, o controle será deficiente.
b. A contabilidade e as operações devem ser separadas.	Um empregado não deve ocupar posto e que tenha controle da contabilidade e, ao mesmo tempo, controle das operações que ocasionam lançamento.
c. Controles cruzados. Ex.: as vendas diárias devem ser acumuladas e confrontadas ao final do período com a soma das etiquetas das mercadorias entregues.	Devem ser utilizadas todas as provas disponíveis para se comprovar a exatidão, visando assegurar que as operações foram registradas corretamente na contabilidade.
d. Nenhuma pessoa individualmente deve ter completamente a seu cargo uma transação comercial.	Qualquer pessoa, deliberadamente ou inadvertidamente, cometerá erros; entretanto, é provável que se descobramos erros se o manejo de uma transação está dividido entre duas ou mais pessoas.
e. Deve-se escolher e treinar cuidadosamente os empregados.	Um treinamento cuidadoso oferece como resultados: melhor rendimento, custos reduzidos e empregados mais atentos e ativos.
f. Se for possível: - Deve haver rotatividade entre os empregados destinados a cada trabalho. - Deve ser imposta a obrigação de usufruto de férias para todas as pessoas que ocupam postos de confiança.	Isso reduz as oportunidades de fraude e indica a adaptabilidade do empregado.
g. As instruções de operações para cada cargo devem ser sempre fornecidas por escrito.	Os manuais de procedimentos fomentam a eficiência e evitam erros ou interpretações erradas.

Fonte: Crepaldi (2009, p.365)

Ao se observar os tipos de CI de uma empresa procura-se analisar a organização desses controles e também se os mesmos estão sendo executados. Um ambiente de controle deve demonstrar o grau de comprometimento em todos os níveis da administração, juntamente com a qualidade desse controle, em conjunto.

### 2.1.3 Importância do Controle Interno

Pode-se destacar a importância do CI a partir do momento em que se torna inviável garantir a continuidade do fluxo de operações de uma empresa sem que haja um sistema de controle permitindo essa movimentação. O CI é tido como necessário para salvaguardar os ativos, protegendo-os de eventuais roubos, perdas, uso indiscriminado ou danos morais (imagem da empresa) (TEIXEIRA, 2009).

Um sistema de CI permite que a administração possa agir com maior rapidez e segurança nas tomadas de decisões. Possibilita, também, o aproveitamento de oportunidades de negócios no resultado das operações, redução de custos e despesas, e um aumento de confiança por parte dos clientes e colaboradores da empresa no cumprimento de suas finalidades e conceitos.

Todas as empresas possuem CI, independente do tamanho, sendo que em algumas eles podem ser adequados e, em outras, não. Podem, ainda, ser realizados de forma “intuitiva”, sem que o responsável pela empresa saiba que se trata de um procedimento normatizado. A diferenciação pode ser feita através da análise da eficiência dos binômios operações/informações  $\times$  custos/benefícios (CREPALDI, 2009).

#### 2.1.3.1 Responsabilidade

A responsabilidade pelo sistema de CI é da administração da empresa. As atribuições dos funcionários ou dos setores devem ser claramente definidas, de preferência por escrito, mediante estabelecimento de manuais internos da organização. Com isso, procura-se assegurar que sejam executados os procedimentos de controles, detectar irregularidades e erros e identificar os responsáveis por eventuais omissões na realização das operações da empresa.

#### 2.1.3.2 Rotinas Internas

São todas as atividades realizadas por pessoas ou setores no desenvolvimento das tarefas diárias da empresa. A empresa deve definir no Manual de Organização todas as suas rotinas internas, que podem ser compreendidas através dos formulários internos e externos; das instruções para preenchimento e destinações desses formulários; das evidências das execuções dos procedimentos internos de controle (assinaturas, carimbos, entre outros); e dos

procedimentos internos dos diversos setores da empresa, como contas a pagar, caixa, vendas, programação financeira, fiscal, almoxarifado, controladoria, entre outros (CREPALDI, 2009).

#### 2.1.3.3 Acesso aos Ativos

As empresas devem estabelecer limites com relação ao acesso dos funcionários sobre seus ativos e promover controles físicos sobre os mesmos. Essa circunscrição deve ser relacionada com o acesso de funcionários no manuseio dos numerários recebidos antes de serem depositados, na emissão de cheques (única assinatura), no manuseio de envelopes com dinheiro, na custódia de ativos (estoques, imobilizado, cautelas de títulos, entre outros) (CREPALDI, 2009).

#### 2.1.3.4 Segregação de Funções

As funções aplicadas nos vários setores da empresa devem ser de forma restrita, sobretudo nos casos em que a responsabilidade não seja apenas de uma pessoa.

Crepaldi (2009, p.362) afirma que “a segregação de funções consiste em estabelecer que uma mesma pessoa não pode ter acesso aos ativos e aos registros contábeis, em virtude de essas funções serem incompatíveis dentro do sistema de controle interno.”

#### 2.1.3.5 Confronto dos Ativos com os Registros

Este procedimento tem por objetivo detectar desfalque de bens ou até mesmo registros contábeis inadequados dos ativos. As empresas devem estabelecer procedimentos para confrontar se seus ativos estão em concordância com os registros da contabilidade, podendo evitar, assim, que um funcionário tome posse indevidamente desses ativos. Para tanto, pode-se fazer: contagem de caixa e comparação com o saldo do razão; conciliações bancárias; inventário físico dos estoques e do ativo imobilizado; contagem física dos títulos, em comparação com o saldo da conta de investimentos no razão geral (CREPALDI, 2009).

#### 2.1.3.6 Amarrações do Sistema

Segundo Crepaldi (2009, p. 363), “O sistema de controle interno deve ser conhecido, de maneira que sejam registradas apenas as transações autorizadas, por seus valores corretos e

dentro do período de competência”. Para tanto, algumas providências são exigidas: conferência independente dos registros contábeis; conferência independente dos cálculos; conferência da classificação contábil de todos os registros; estabelecimentos de controles seqüenciais sobre compras e vendas; as rotinas internas de controle devem ser de forma que uma área controle a outra.

#### 2.1.4 Limitações do Controle Interno

O controle interno pode proporcionar garantias razoáveis para o alcance dos objetivos da empresa, no entanto, devido às limitações, essa garantia não é absoluta. Dentre essas limitações estão as falhas, conluio de funcionários com relação à apropriação dos bens da empresa, má intenção da administração, negligência dos funcionários na execução de suas atividades diárias, entre outros (CREPALDI, 2009).

### 3 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, o presente estudo caracteriza-se como descritivo/exploratória. Segundo Andrade (2002), a pesquisa descritiva caracteriza-se pela observação, classificação, análise e interpretação dos fatos sem a interferência do observador (pesquisador).

Em relação aos procedimentos, caracteriza-se por ser do tipo levantamento ou *survey*, que, de acordo com Gil (1999), busca o conhecimento do comportamento das pessoas de forma direta, e, através de análise quantitativa, pode obter conclusões que correspondem aos dados coletados.

Na solução do problema proposto, utilizou-se uma abordagem quantitativa muito aplicada em estudos descritivos, buscando descobrir se há relação entre as variáveis ou causalidade entre os fenômenos. Para tanto, foi utilizado o teste exato de Fisher, a fim de verificar a associação entre duas variáveis aleatórias nominais (“existência de sistema orçamentário” – SIM/NÃO e “conciliação entre o valor real e o orçado” – SIM/NÃO). Também se verificou o risco relativo (RR), que possibilita informar o grau dessa associação.

Assim como o teste do qui-quadrado, o teste exato de Fisher pode ser realizado através de tabelas do tipo 2 x 2. Ronald Fisher o propôs a fim de minimizar o erro que pode acompanhar o qui-quadrado quando o número total de dados é pequeno (menos de cinco elementos em cada célula). Dessa forma, alguns softwares estatísticos o tratam como um ajuste do qui quadrado, assim como a correção de *Yates*, permitindo calcular a probabilidade

de associação das características que estão em análise (FIELD, 2009). Portanto, o teste exato de Fisher tem utilidade semelhante ao do  $\chi^2$  quando se trabalha com amostras pequenas (PAGANO; GAUVREAU, 2012).

Para esse estudo, as hipóteses testadas foram:

H<sub>0</sub>: Não há diferença para o sistema orçamentário da empresa em realizar conciliação entre o valor real e o orçado.

H<sub>A</sub>: Há diferença para o sistema orçamentário da empresa em realizar conciliação entre o valor real e o orçado.

Estas hipóteses foram formuladas considerando que o sistema orçamentário é um dos principais elementos do controle interno.

### **3.1 Amostra e procedimentos de coleta de dados**

Para a coleta dos dados utilizou-se a técnica de Amostragem Não-Probabilística por Conveniência, na qual os elementos da população são escolhidos conforme o interesse do pesquisador (CORRAR; THEÓPHILO, 2009).

A amostra foi composta por 30 empresas, de diferentes ramos de atuação, localizadas no município de Campina Grande-PB. Foi realizado um pré-teste com cinco empresas, que não compuseram a amostra, a fim de testar a adequação do instrumento de coleta de dados. Utilizou-se um questionário previamente elaborado, baseado nas recomendações de Almeida (2010) (APÊNCICE A), que foi aplicado no período de 20 a 29 de outubro de 2014, com os responsáveis pela gestão das empresas analisadas. Para melhor ordenamento da coleta de dados, o questionário foi organizado em três seções: I – Perfil do respondente (responsável); II – Dados da empresa; e III – Informações sobre o Controle Interno da Empresa.

### **3.3 Análise estatística**

Os dados obtidos a partir da coleta foram duplamente digitados no programa Excel e submetidos à validação no sub programa *Validate* do Epi Info3.5.4, utilizando-se para as análises o SPSS 22.0. Foram utilizadas medidas de tendência central e de dispersão para as variáveis contínuas; e de proporção para as variáveis categóricas. O teste exato de Fisher foi utilizado para testar H<sub>0</sub> e o risco relativo para avaliar a associação entre o sistema orçamentário e a existência de conciliação entre o valor real e o orçado. Trabalhou-se com nível de confiança de 95% (erro  $\alpha$  5%).

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme mencionado anteriormente, na amostra constituída por trinta empresas foram coletados os dados para identificar o perfil dos respondentes e as características das empresas, bem como itens referentes à utilização de controles internos como ferramenta de gestão para as mesmas.

### 4.1 Caracterização do respondente

Nas 30 empresas avaliadas, a predominância de respondentes foi do gênero masculino (n=19; 63,3%), com ensino superior completo (n=19; 63,3%) e graduados em administração de empresas (n=09; 30,0%). Embora tenha sido observado maior número de graduados, chama à atenção o número de pessoas responsáveis pelo “controle” das empresas com nível de escolaridade inferior a 12 anos de estudo ou com ensino superior incompleto. Foram verificados apenas dois casos de pós-graduação. Também vale ressaltar a diversidade de formação dentre os respondentes (Tabela I).

Tabela I – Caracterização dos respondentes responsáveis pela gestão em 30 empresas de Campina Grande-PB. 2014.

CARACTERÍSTICA		n	%
<b>SEXO</b>			
	Masculino	19	63,3
	Feminino	11	36,7
	TOTAL	30	100,0
<b>ESCOLARIDADE</b>			
	Ensino Fundamental Incompleto	02	6,7
	Ensino Fundamental Completo	01	3,3
	Ensino Médio Incompleto	01	3,3
	Ensino Médio Completo	01	3,3
	Ensino Superior Incompleto	04	13,3
	Ensino Superior Completo	19	63,3
	Pós-graduação	02	6,7
	TOTAL	30	100,0
<b>FORMAÇÃO SUPERIOR*</b>			
	Administração	09	42,6
	Agronomia	01	4,8
	Arquitetura	01	4,8
	Ciências Contábeis	04	19,0
	Farmácia	02	9,6
	Geografia	02	9,6
	Medicina	01	4,8
	Química Industrial	01	4,8
	TOTAL	21	100,0

Fonte – Dados da pesquisa. 2014

\*O número de pessoas com formação superior é igual a 21.

Dentre as funções apresentadas no questionário, que eram desempenhadas pelos respondentes nas empresas (administrador, diretor comercial, *controller*, e outros), apenas a de “administrador” foi identificada (n=11; 36,7%). Os demais 63,3% da amostra estavam divididos em outras funções, identificadas como “outros”, como gerentes (n= 13; 43,3%), analistas contábeis (n=3; 10,0%), proprietários (n=2; 6,7%) e um sócio (3,3%), independente da formação acadêmica. Quando questionados sobre há quanto tempo ocupavam aquela função, verificou-se que o tempo médio era cerca de 10 anos, sendo que a experiência mínima era de um ano e a máxima de 29 anos.

#### 4.2 Caracterização da empresa

Em relação ao tempo total de existência das empresas visitadas, verificou-se uma larga amplitude: a mais jovem tinha apenas um ano e há mais antiga, 107 anos no mercado. A maioria tem mais de 50 funcionários (n=17; 56,4%) e 13 (43,4%) pertencem ao ramo comercial. Se acrescido o ramo comercial misto (com comércio/serviços e comércio/indústria), esse número passa a ser de 19 (63,4%) (Tabela II).

Tabela II – Caracterização das empresas quanto ao número de funcionários e ramo de atuação.

CARACTERÍSTICA	n	%
<b>NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS</b>		
Menos de 50	13	43,3
Entre 50 e 100	06	20,0
Entre 100 e 200	04	13,3
Acima de 200	07	23,4
TOTAL	30	100,0
<b>RAMO DE ATUAÇÃO</b>		
Comércio	13	43,4
Indústria	04	13,3
Serviços	07	23,3
Comércio/Serviços	03	10,0
Comércio/Indústria	03	10,0
TOTAL	30	100,0

Fonte – Dados da pesquisa. 2014

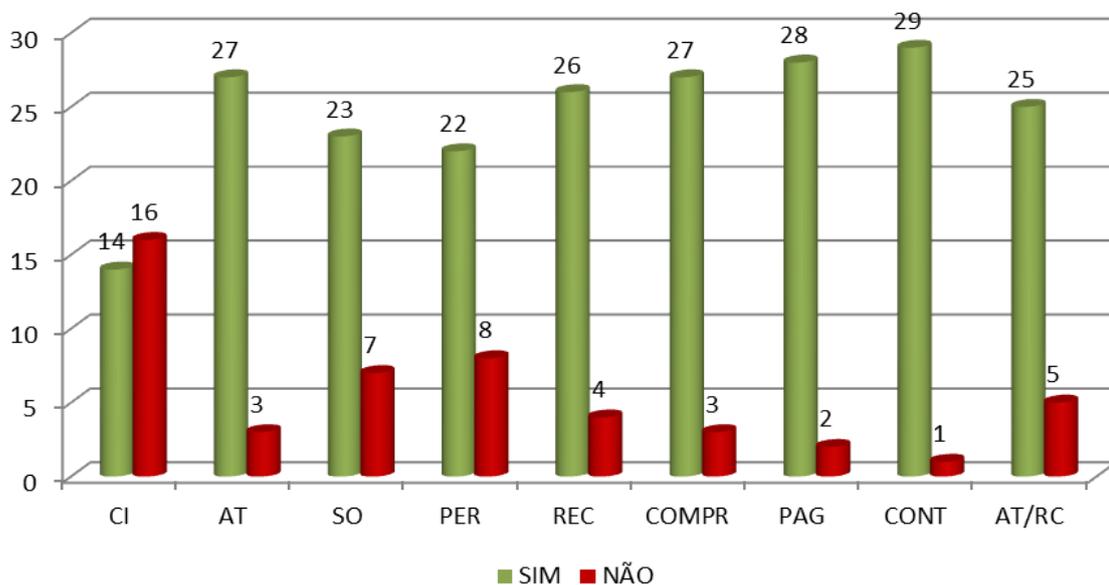
#### 4.3 Informações sobre o controle interno na empresa

Com relação à percepção dos respondentes no tocante à importância do CI como instrumento de gestão, verifica-se que, praticamente o total (n=28; 93,3%), o consideram

relevante. Dois respondentes relataram não ter conhecimento sobre esse assunto, mas responderam às demais questões, que parecem ser desenvolvidas informalmente. Pouco mais da metade das empresas (n=16; 50,3%) não possui manual de controle interno; apesar disso, a maioria executa os procedimentos investigados nesta pesquisa.

Quando avaliadas as informações relativas ao CI, foi verificado que todos são desenvolvidos pela maioria das empresas (Figura I).

Figura I – Informações sobre os procedimentos relativos ao controle interno de 30 empresas de Campina Grande-PB. 2014.



Legenda: CI: possui manual de controle interno. AT: tem definição de atribuições e responsabilidades. SO: possui sistema orçamentário (receita/despesas/imobilizado/estoque). PER: realiza verificação periódica do controle interno. REC: faz limitação de recebimentos por funcionários e segregação de função dos recebimentos e dos registros contábeis. COMPR: formaliza compras previamente aprovadas em melhores condições de mercado. PAG: realiza pagamento apenas das compras recebidas. CONT: faz contabilização de compras/vendas (produtos/serviços) de acordo com a competência. AT/RC: faz confronto dos ativos com os registros contábeis.

Fonte – Dados da pesquisa. 2014

Dentre as 23 empresas que adotam o sistema orçamentário, sete não fazem a comparação entre o que está orçado com o valor real. Desta forma, verifica-se que as empresas que adotam o sistema, mas não fazem a comparação orçamentária, têm duas vezes mais chance ( $\chi^2=7,83$ ;  $RR=2,00$ ;  $IC95\%: 1,18-3,38$ ) de sofrer falhas no sistema orçamentário ( $p<0,01$ ) (Tabela III).

Esses resultados confirmam a hipótese alternativa,  $H_A$ , (Figura II), que preconiza que há diferença para o sistema orçamentário da empresa em realizar conciliação entre o valor real

e o orçado e corroboram o que está posto no *Guide to Internal Control Over Financial Report* (CAQ, 2013). Pesquisa anterior mostrou que o desempenho orçamentário costuma estar focado no controle de custos e só ocorre quando as metas orçamentárias são alcançadas dentro das previsões estabelecidas (SANTOS; LAVARDA, 2014).

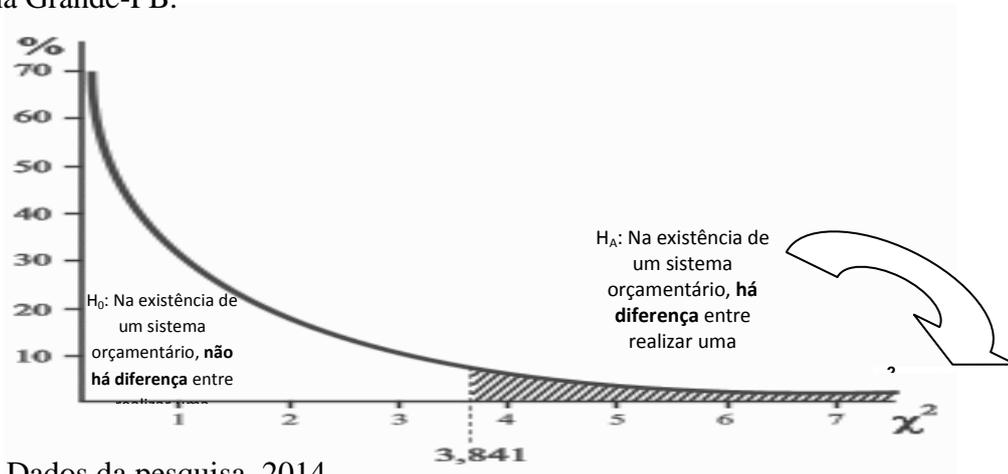
Tabela III – Teste de associação entre a utilização de sistema orçamentário (ORCAM) com a realização de conciliação entre o real e o orçado (ORCREAL) em 30 empresas de Campina Grande-PB.

ORCAM * ORCREAL						RR (IC <sub>95%</sub> )	$\chi^2$ p
		ORCREAL			Total		
ORCAM	SIM	Valor real	SIM	NÃO		Total	
		Valor esperado	12,3	10,7	23,0		
		%	69,6	30,4	100,0		
	NÃO	Valor real	0	7	7	2,00 (1,18-3,38)	7,83  0,01
		Valor esperado	3,7	3,3	7,0		
		%	0,0	100,0	100,0		
<b>Total</b>		Valor real	16	14	30		
		Valor esperado	16,0	14,0	30,0		

RR = Risco Relativo. IC<sub>95%</sub> = Intervalo de confiança de 95%.  $\chi^2$  = qui quadrado de Yates. p = nível de significância do teste exato de Fisher.

Fonte: Dados da pesquisa. 2014

Figura II – Densidade da distribuição qui quadrática entre a utilização de sistema orçamentário com a realização de conciliação entre o real e o orçado em 30 empresas de Campina Grande-PB.

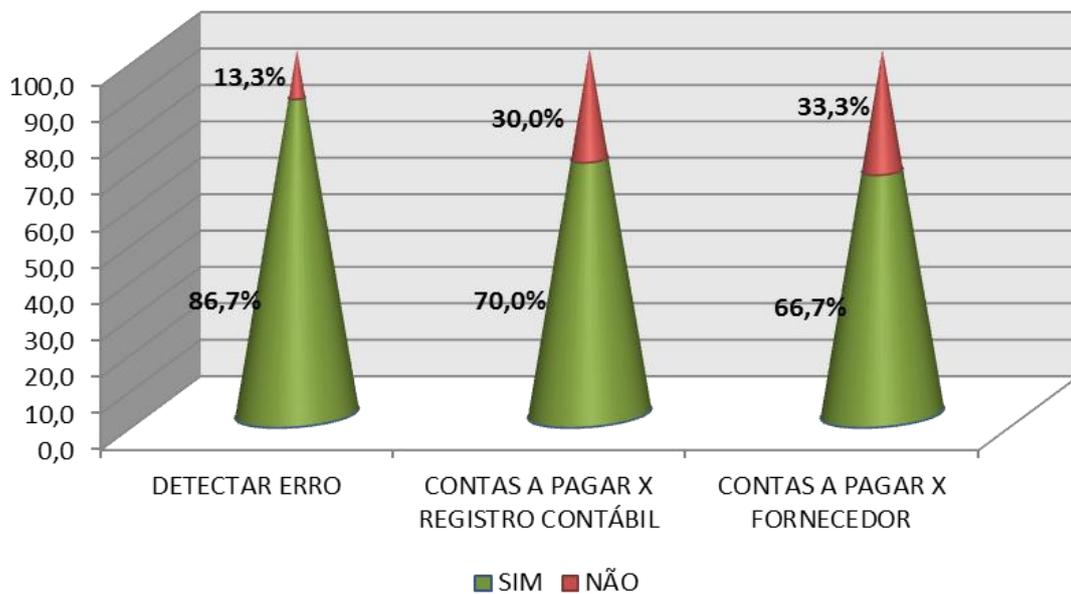


Fonte – Dados da pesquisa. 2014

A importância do CI inerente às conciliações pode ser corroborada pelos resultados encontrados, assim como em estudo realizado por Moraes, Coelho e Holanda (2014), que afirma que a utilização continuada e atualizada de CI parece contribuir para maximizar o desempenho operacional nas empresas.

A realização do controle interno promove um melhor acompanhamento contábil. Verifica-se, portanto, que a maioria das empresas realiza as conciliações necessárias ao CI. Do total de respondentes, 86,7% (n=26) afirmam que, na presença de CI, há possibilidade de detectar um recebimento não identificado, um recibo de depósito falso e/ou erro na contabilização; 70,0% (n=21) consideram que é possível o confronto entre as contas a pagar e os registros mantidos na contabilidade; e 66,7% (n=20) apontam a capacidade de realizar o confronto entre os extratos de fornecedores e os saldos de contas a pagar (Figura III).

Figura III – Características das conciliações relativas ao controle interno de 30 empresas de Campina Grande-PB.



Fonte – Dados da pesquisa. 2014.

## 5 CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo geral investigar como são utilizados os Controles Internos por empresas da cidade de Campina Grande-PB. Trata-se de um estudo descritivo/exploratório, de levantamento ou *survey*, e quantitativo.

Assim, buscou-se verificar a aplicação da teoria no dia a dia das empresas. Para o alcance de tal objetivo, foi definida uma amostra, do tipo conveniência, com trinta empresas de diferentes ramos de atuação. Como instrumento utilizado para coleta de dados foi utilizado um questionário aplicado junto aos responsáveis com questões relacionadas à empresa.

Como resultado da pesquisa, pôde-se constatar que, praticamente todos os respondentes consideram relevante a importância do CI como instrumento de gestão para as empresas analisadas. Mesmo que uma parte dessas empresas não possua manual de CI, a maioria executa os procedimentos de CI investigados na pesquisa.

É importante destacar que houve limitações para o desenvolvimento deste estudo, como o fato de trabalhar com uma amostragem não probabilística, o que impossibilita a validade externa do estudo, ou seja, extrapolar os resultados para todas as empresas do Município. Entretanto, o número avaliado possibilitou traçar um perfil do CI em diferentes ramos de atuação: comércio, indústria e serviços. Especula-se que os resultados seriam semelhantes se a amostra abrangesse um maior número de empresas.

Sugere-se que sejam realizados novos estudos associados ao tema, que possam assegurar a representatividade dos resultados e que sejam complementadas por estudos qualitativos, a fim de aprofundar os conhecimentos e comparar aspectos a respeito da percepção dos gestores a respeito do Controle Interno como instrumento de gestão.

### ABSTRACT

GOIS, Thais Araujo **Use of internal controls by companies of Campina Grande-PB: an exploratory study**. 2014. 22 p.. Final examination - Accounting Course, State University of Paraíba, Campina Grande, 2014.

Economic models under constant change and development require organizations to adopt effective Internal Controls (IC) in order to make the continuity and their development possible. The present study aimed to investigate which of the Internal Controls (IC) procedures are used by companies in the city of Campina Grande-PB. This is a descriptive, exploratory survey and quantitative study. Non-probability convenience sampling was used in data collection, applying questionnaires to managers of 30 companies from different branches of activity. Analyses were performed using the SPSS 22.0 software and measures of central tendency and dispersion for continuous variables and proportions for categorical variables, in addition to the Fisher's test to assess the relative risk, with confidence level of 95%. The results showed that some companies (50.3%) have no IC manual, but most of them perform the procedures investigated. Companies that adopt the system, but do not make the adjustment between actual and budgeted are twice as likely (RR = 2.00; CI 95% 1.18 - 3.38) to show some type of failure during the operating process. There is consensus among respondents about the importance of IC as a management tool.

**Keywords:** Internal Control. Internal audit. Controllanship.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria – Um Curso Moderno e Completo**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010, 517p.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos monográficos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações (E-book)**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. 704p.
- BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. **Auditoria**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- BOTELHO, Milton Mendes. **Manual de controle interno: teoria & prática**. Curitiba: Juruá, 2008.
- BRUM, Tonia Magali et al. **Gestão empresarial e inovação: juntas na era do conhecimento**. Disponível em: < [http://www.convibra.org/upload/paper/adm/adm\\_1314.pdf](http://www.convibra.org/upload/paper/adm/adm_1314.pdf)>. Acesso em: 11 de novembro de 2014.
- BRUNI, Adriano Leal. Testes não paramétricos. In: \_\_\_\_\_. **Estatística aplicada à gestão empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p.255-271.
- CORRAR, Luiz; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Pesquisa operacional para decisão em Contabilidade e Administração**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- CENTER FOR AUDITY QUALITY, Serving Investors, Public Company Auditors & the Markets. **Guide to Internal Control Over Financial Reporting**. 2013. Disponível em: <[www.theqaq.org](http://www.theqaq.org)>. Acesso em: 11 de novembro de 2014.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil – Teoria e Prática**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2009, 714p.
- FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. Tradução, consultoria e revisão técnica de Lorí Vialli. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 688p.
- FISHER, J. **Contingency theory, management control systems and firm outcomes: past results and future directions**, Behavioral Research in Accounting, Vol. 10, Supplement, pg. 47-64, 1998.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- KRISHNAN, Jayanthi. **Audit Committee Quality and Internal Control: an empirical analysis**. The Accounting Review; v. 80, n. 2; ABI/INFORM Global, 649 p, 2005.
- LE MENS, Gaël; HANNAN, Michael; PÓLOS, Lázló. **Founding Conditions, Learning, and Organizational Life Chances: Age Dependence Revisited**. Administrative Science Quarterly, v. 56, n. 1, p. 95-126, 2011.

MORAIS, Osvaldo de Oliveira; COELHO, Antônio Carlos Dias; HOLANDA, Allan Pinheiro. **Artefatos de contabilidade gerencial e maximização do valor em firmas brasileiras**. Revista de Contabilidade e Controladoria, Curitiba, v. 6, n.2, p. 128-146, 2014.

PAGANO, Marcello; GAUVREAU, Kimberlee. **Princípios de Bioestatística**. Tradução de Luiz Sérgio de Castro Paiva. Revisão técnica pertence a Lúcia Pereira Barroso. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 506p.

PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. **Manual de auditoria governamental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 400p.

REZENDE, Suely M.; FAVERO, Hamilton L. **A importância do Controle Interno dentro das organizações**. Revista de Administração Nobel, n. 03, p. 33-44, jan./jun. 2004.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de Auditoria**. São Paulo: Atlas, 1998, 568p.

SANTOS, Alexandre Corrêa dos; LAVARDA, Carlos Eduardo Facin. **Desempenho Orçamentário dos Gerentes e os Fatores Comportamentais**: Estudo de Caso. Revista de Contabilidade e Controladoria, v. 6, n.2, p. 16-39, 2014.

SOUZA, Maria Carolina de Azevedo Ferreira et al. **Pequenas empresas industriais de longa permanência no mercado**: uma análise a partir da literatura e de evidências empíricas. Gest. Prod., São Carlos, v. 21, n. 1, p. 157-70, 2014.

TEIXEIRA, Paulo Henrique. **Manual de controladoria empresarial**. 2009. Disponível em <[http:// www.portaltributario.com.br](http://www.portaltributario.com.br)> Acesso em: 20 de outubro de 2014.



**PARTE III – INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE INTERNO NA EMPRESA**

**08. Qual a percepção da Empresa com relação a Controle Interno como instrumento de Gestão? [ciempr]**

1. ( ) Nenhum  
 2. ( ) Irrelevante  
 3. ( ) Relevante  
 9. ( ) NS/NR

**09. A empresa possui algum manual de controle interno? [temmanual]**

1. ( ) Sim 2. ( ) Não 9. ( ) NS/NR

**10. Nos procedimentos de controle interno da empresa podem ser destacadas as atribuições e responsabilidades dos funcionários, bem como seções, divisões, departamentos, gerência e/ou filiais da empresa? [procedci]**

1. ( ) Sim 2. ( ) Não 8. ( ) Não se aplica

**11. A empresa utiliza um sistema orçamentário com relação a despesas, receitas, bens do imobilizado e compras de matérias-primas? [orcarn]**

1. ( ) Sim 2. ( ) Não 9. ( ) NS/NR

Se sim, há uma comparação entre o que está orçado com o real? [orcarn]

1. ( ) Sim 2. ( ) Não 8. ( ) Não se aplica

**12. As transações e os controles internos estão sujeitos a uma verificação periódica de funcionamento? [período]**

1. ( ) Sim 2. ( ) Não 9. ( ) NS/NR

**13. Com relação aos recebimentos: há limitação com relação ao acesso por parte dos funcionários, bem como segregação de funções por parte do manuseio desses recebimentos e dos registros contábeis? [recebe]**

1. ( ) Sim 2. ( ) Não 9. ( ) NS/NR

**14. Com relação às compras: há uma preocupação por parte do controle interno em assegurar que sejam formalizadas as compras previamente aprovadas e nas melhores condições de mercado (cotação de preço junto a fornecedores)? [compra]**

1. ( ) Sim 2. ( ) Não 9. ( ) NS/NR

**15. Com relação aos pagamentos: há uma preocupação por parte do controle interno em assegurar que somente as compras efetivamente recebidas sejam pagas na época devida? [pagtos]**

1. ( ) Sim 2. ( ) Não 9. ( ) NS/NR

**16. Os controles internos permitem que as vendas/compras (produtos/serviços), recebimentos e pagamentos possam ser contabilizados de acordo com sua competência? [contabil]**

1. ( ) Sim 2. ( ) Não 9. ( ) NS/NR

**17. Os controles internos permitem que haja o confronto dos ativos e dos registros contábeis? [ativos]**

1. ( ) Sim 2. ( ) Não 9. ( ) NS/NR

**18. Inerente às conciliações: [concilia] (Permite mais de uma resposta)**

1. ( ) Há possibilidade de detectar um recebimento não identificado, recibo de depósito falso, erro na contabilização  
 2. ( ) Permite o confronto entre o contas a pagar e os registros mantidos na contabilidade  
 3. ( ) Permite o confronto entre os extratos de fornecedores e os saldos de contas a pagar  
 4. ( ) Outros. V. Especificar: \_\_\_\_\_